A GARANTIA CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO E AS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

* **Ágata Brenda Mendes Silva**

Advogada. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Minas Gerais – UNILESTE/MG (2011). Especialista em Direito Processual pelo Instituto de Educação Continuada da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - IEC- PUC MINAS (2014) Especialista em Direito do Trabalho pelo Instituto de Educação Continuada da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - IEC- PUC MINAS (2016). agatamendes@bol.com.br. Endereço para acessar o CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3756052580588891>

RESUMO

Este artigo teve por objetivo discorrer acerca da garantia constitucional da duração do processo, abordando sua importância para consecução da efetividade da tutela jurisdicional. Abordar-se-á, ainda, as inovações trazidas pelo Novo Código de Processo Civil que visam imprimir celeridade ao processo e dar efetividade à garantia constitucional insculpida no inciso LXXVIII ao art.5º da CF/88.

Palavras-chave: Garantia constitucional. Duração do processo. Inovações do NCPC.

1INTRODUÇÃO

A morosidade na tramitação do processo – comumente chamada, porequívoco, de “morosidade do judiciário”¹ - sempre foi uma preocupação da comunidade jurídica, assim como do jurisdicionado².

Tal preocupação levou à nomeação de uma comissão presidida pelo Ministro Luiz Fux, com relatoria da Professora Teresa Arruda Alvim Wambier e participação dos juristas Adroaldo Furtado Fabrício, Benedito Cerezzo Pereira Filho, Bruno Dantas, ElpídioDonizetti Nunes, Humberto Theodoro Júnior, Jansen Fialho de Almeida, José Miguel Garcia Medina, José Roberto dos Santos Bedaque, Marcus Vinicius Furtado Coelho e Paulo Cesar Pinheiro Carneiro, os quais foram incumbidos da elaboração de um novo Código de Processo Civil.

Segundo a exposição de motivos do NCPC, o trabalho da Comissão do Anteprojeto se orientou, precipuamente, por cinco objetivos: 1) estabelecer

¹Não se pode atribuir a morosidade exclusivamente ao judiciário – falta de estrutura e deservidores-haja vista que a atuação das partes no curso do processo também é um fator que impacta diretamente no transcurso de tempo entre a distribuição da ação e a prolação de sentença, e entre esta e o arquivamento definitivo do processo.

²O relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça apurou no ano de 2015 que, em média, a Justiça estadual do Brasil leva 4 anos e 4 meses para proferir sentença de um processo em 1ª instância. A Justiça de Pernambuco pode demorar até sete anos proferir uma sentença.

expressa e implicitamente verdadeira sintonia fina com a Constituição Federal;2) criar condições para que o juiz possa proferir decisão de forma mais rente à realidade fática subjacente à causa; 3) simplificar, resolvendo problemas e reduzindo a complexidade de subsistemas, como, por exemplo, o recursal; 4) dar todo o rendimento possível a cada processo em si mesmo considerado; e,5) finalmente, sendo talvez este último objetivo parcialmente alcançado pela realização daqueles mencionados antes, imprimir maior grau de organicidade ao sistema, dando-lhe, assim, mais coesão.

Em apertada síntese, buscou-se com o novo CPC gerar um processo mais célere, menos complexo e mais afeto às necessidades sociais, harmonizando a lei ordinária em relação à Constituição Federal e concebendo regras com a finalidade de dar concreção aos princípios constitucionais- dentre eles, a duração razoável do processo – as quais serão abordadas neste estudo.

20 PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO

O art.4º do Código de Processo Civil, com redação dada pela Lei13.105, de 16 de março de 2015, dispõe que, “as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa”.

Embora este dispositivo não encontre artigo correspondente no Código de Processo Civil de 1973, ele não representa uma inovação no nosso ordenamento jurídico.

Em 1992, por meio do Decreto 678, o Pacto de São José da Costa Rica foi promulgado e incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro, conferindo-lhe hierarquia de norma constitucional. Referido Pacto, em seu art.8, 1, prevê:

Toda pessoa tem o direito a ser ouvida com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem os seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.

Posteriormente, com o advento da Emenda Constitucional 45/2004, foi incluído o inciso LXXVIII ao art.5º da CF/88, dispondo que “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

O direito a um processo com duração razoável é, também, uma consequência da garantia do Devido Processo Legal, já expressamente previsto no art.5º, LV, daCR/88.

Desdobram-se estas [as garantias do devido processo legal] nas garantias:
a) de acesso à justiça; b) do juiz natural ou pré-constituído; c) do tratamento paritário dos sujeitos parciais do processo; d) da plenitude da defesa, com todos os meios e recursos a ela inerentes; e) da publicidade dos atos processuais e da motivação das decisões jurisdicionais; e f) da tutela jurisdicional dentro de um lapso temporal razoável. (TUCCI, 1999,p.259).

Nota-se que o legislador constitucional não definiu o significado do termo “razoável”. Surge, então, a seguinte indagação: qual seria o tempo razoável de duração de um processo?

Na doutrina encontramos várias interpretações para o termo. Segundo Katharina Marcondes Ferrari, duração razoável do processo é aquela “em que melhor encontrar o meio-termo entre a definição segura da existência do direito e a realização rápida do direito cuja existência foi reconhecida pelo juiz”. Para Alessandra Spalding, o razoável é que um processo seja julgado por um juízo de primeira instância em menos de um semestre para ser considerado tempestivo e constitucional. (ALVIM WAMBIER, 2005, p.38).

Segundo Fredie Didier (2016, p.66), a Corte Europeia de Direitos do Homem entende que, respeitadas as condições de cada caso, devem ser observados três critérios para se determinar a duração razoável do processo, sendo eles: a) a complexidade do assunto; b) o comportamento dos litigantes e de seus procuradores ou da acusação e da defesa no processo; c) a atuação do órgãojurisdicional.

Acerca do critério da complexidade do processo, Teresa Arruda Alvim Wambier (2005, p.219/220) discorre que em casos de maior complexidade, o prazo para duração do processo deverá ser maior, pois os prontos controversos certamente exigirão mais tempo para apreciação e decisão por parte dojuulgador.

Quanto ao comportamento das partes, Ana Maria Goffi pontua que:

A utilização de expedientes protelatórios pelas partes deve ser coibida pela imposição de penalidades já previstas no ordenamento. Todavia, ainda é tímida a atitude sancionatória por parte dos magistrados, quando configurado o uso de tais expedientes, especialmente pelo Poder Público. (ALVIM WAMBIER, 2005, p.48).

Por fim, no que diz respeito a atuação dos órgãos jurisdicionais, Ronaldo

Brêtas de Carvalho Dias pondera que:

É a lentidão, a morosidade da atividade jurisdicional, quase sempre imputável à negligência do Estado, que leva a se decidir pela inobservância do prazo razoável de duração dos processos. (BRÊTAS DE CARVALHO DIAS, 2006, p.661).

Nas precisas lições de Humberto Theodoro Júnior:

O provimento judicial não pode ser ministrado instantaneamente. A composição do conflito de interesses, mediante o processo, só é atingida pela sequência de vários atos essenciais que ensejam a plena defesa dos interesses das partes e propicia ao julgador a formação do convencimento acerca da melhor solução da lide, extraído o contato com as partes e com os demais elementos do processo. De tal sorte, entre a interpretação da demanda e a providência judicial satisfativa do direito de ação, medeia necessariamente certo espaço de tempo, que pode ser maior ou menor conforme a natureza do procedimento e a complexidade do caso concreto. (THEODORO JR., 2005, p.21-22).

Vê-se, portanto, que é demasiadamente difícil – senão impossível – determinar de forma genérica e universal qual seria o tempo razoável de duração do processo.

É preciso, também, ponderar que duração razoável não é sinônimo de celeridade. Nas precisas lições de Fredie Didier (2016, p.67), o processo não tem de ser rápido/célere: o processo deve demorar o tempo necessário e adequado à solução do caso submetido ao órgão jurisdicional, respeitadas as garantias constitucionais do contraditório, da ampla defesa, da motivação dos atos processuais, dentre outros, sem que esse tempo implique perecimento do direito pretendido.

Há que se harmonizar a garantia à duração razoável do processo com os demais princípios e garantias que norteiam o Direito Processual Civil. De nada adiantará um pronunciamento judicial célere se este trouxer prejuízo ao contraditório e à ampla defesa.

2 INOVAÇÕES TRAZIDAS PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL PARA CONCREÇÃO DO PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO

Nota-se que embora à duração razoável do processo já fosse um desdobramento da garantia ao devido processo legal, ainda assim foi necessário enfatizá-la, dada a sua importância para consecução da efetividade do processo.

Entretanto, a elevação do direito a duração razoável do processo ao patamar de garantia constitucional, por si só, não tornou o processo célere. Nas precisas lições de Silva (2006), “não basta uma declaração formal de um direito ou de uma garantia individual para que, num passe de mágica, tudo se realize como declarado”.

O novo Código de Processo Civil trouxe inovações que poderão contribuir para efetividade da garantia constitucional ora em comento. Passemos então a analisar alguns dispositivos trazidos pelo novo Código.

Seguindo uma tendência há muito consolidada da Justiça do trabalho³, o NCPC consagra em suas normas principiológicas o incentivo à conciliação e a outros meios de solução consensual de conflitos⁴.

O §8º do art.334 tornou obrigatória a presença das partes à audiência de conciliação, de forma que será considerado ato atentatório à dignidade da justiça o não comparecimento injustificado, sendo esta conduta sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. Esta disposição é um importante elemento para introdução de uma cultura conciliatória na justiça comum, haja vista que, até o momento, esta foi norteadada por um espírito de litigiosidade.

No tocante aos atos processuais, o §4º do art.218, ao contrário do CPC/73, prevê expressamente que o ato praticado antes do início do prazo é considerado tempestivo. Na vigência do antigo Código, a parte era penalizada ao tentar imprimir celeridade ao processo, pois ao praticar o ato antes do início do prazo, este era tido por extemporâneo.

O fim do prazo em quádruplo para o Ministério Público, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas autarquias e fundações de direito público contestarem a ação também foi uma importante e necessária inovação. Com a contagem dos prazos que, agora, é feita apenas em dias úteis, manter a previsão

³Segundo dados do relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (ano-base 2015), 25,3% das sentenças e decisões na Justiça do Trabalho são fruto da conciliação. O índice de conciliação na Justiça Estadual foi de 9,4%, enquanto a Justiça Federal computou apenas 3% de sentenças resultantes de acordos.

⁴Art3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito. § 1º É permitida a arbitragem, na forma da lei. § 2º O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos. § 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juizes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

de prazo em quádruplo implicaria no retardamento do andamento do feito por cerca de 120 dias.

O Novo Código buscou a concentração da defesa⁵⁶, deixando de existir os incidentes processuais de exceção de incompetência relativa, impugnação ao valor da causa e ao pedido de justiça gratuita, incumbindo ao réu alegar tais matérias antes de discutir o mérito.

Outra inovação - que vem gerando polêmica - é a figura da improcedência liminar do pedido⁶⁷, que autoriza ao magistrado julgar liminarmente improcedente o pedido se, de plano, verificar a decadência, a prescrição, bem como nos casos em que o pedido contrariar enunciado de súmula do STF ou do STJ, acórdão proferido pelo STF ou pelo STJ em julgamento de recurso repetitivo, entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência ou enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.

Ainda no campo das decisões, visando a celeridade e o máximo proveito do processo, o juiz poderá decidir parcialmente o mérito⁷, quando um ou mais pedidos formulados forem incontroversos ou estiverem em condições de imediato julgamento.

A arguição de falsidade⁸ agora passa a ser suscitada nos próprios autos, na oportunidade da apresentação da contestação ou da réplica, ou no prazo de 15 dias contados da juntada aos autos do documento, devendo ser solucionada como questão incidental, salvo se a parte requerer ao juiz que decida como questão principal.

⁵Art. 337. Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar: I - inexistência ou nulidade da citação; II - incompetência absoluta e relativa; III - incorreção do valor da causa; IV - inépcia da petição inicial; V - perempção; VI - litispendência; VII - coisa julgada; VIII - conexão; IX - incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização; X - convenção de arbitragem; XI - ausência de legitimidade ou de interesse processual; XII - falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar; XIII - indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça.

⁶Art. 332. Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar: - enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça; - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; I - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; II - enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local. § 1º O juiz também poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição.

⁷Art. 356. O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles: I - mostrar-se incontroverso; II - estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 355.

⁸Art. 430. A falsidade deve ser suscitada na contestação, na réplica ou no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da intimação da juntada do documento aos autos.

Por fim - sem contudo pretender esgotar as inovações trazidas com intuito de imprimir celeridade ao processo – destacamos a previsão do incidente de resolução de demandas repetitivas, que terá lugar quando houver, simultaneamente, a repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito e exista o risco de ofensa à segurança jurídica e à isonomia. A tese jurídica adotada no incidente será aplicada a todos os processos individuais e coletivos que versem sobre a mesma matéria de direito.

CONCLUSÃO

Na sociedade moderna o tempo é um fator decisivo para o exercício de determinados direitos, que, em razão de sua natureza, se não satisfeito em tempo hábil acabam por perecer.

Por essa razão, a Emenda Constitucional 45/2004 incluiu o inciso LXXVIII ao art.5º da CF/88, fazendo constar, expressamente, a duração razoável do processo como sendo uma garantia constitucional.

Porém, conforme explanado em linhas anteriores, embora a norma constitucional seja de aplicação imediata, é necessário que sejam criados mecanismos para dar efetividade à esta. O Novo Código de Processo Civil surge com a missão de suprir esse anseio.

A alteração legislativa e a desburocratização do procedimento, por si só, não serão capazes de imprimir celeridade ao processo. Se as partes permanecerem presas à cultura da litigiosidade, o novo Código será letra mortae a garantia constitucional de duração razoável do processo continuará sendo apenas uma garantia mítica.

Não é demais lembrar que a busca pela celeridade processual não pode se sobrepor aos demais direitos fundamentais, sendo indispensável que sejam respeitados o contraditório, a ampla defesa, o devido processo legal, de forma a proporcionar segurança jurídica às partes

REFERÊNCIAS

ALBERTO EBLING, Cláudia Marlise da Silva. **O princípio da razoável duração do processo sob o enfoque da jurisdição, do tempo e do processo**. Disponível em: <<https://www.jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8304>>. Acesso em: 03 jul. 2017

ALVIM WAMBIER, Teresa Arruda [ET AL.] **Reforma do judiciário: primeiras reflexões sobre a EC n. 45/2004**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 jul. 2017.

BRASIL. **Código de Processo Civil**. Texto promulgado em 16 de março de 2015, Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 03 jul. 2017.

BRÊTAS DE CARVALHO DIAS, Ronaldo. Direito à jurisdição eficiente e garantia da razoável duração do processo no Estado Democrático de Direito. In: GALUPPO, Marcelo Campos (Org.) **O Brasil que queremos: Reflexões sobre o Estado Democrático de Direito**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2006.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil e processo de conhecimento**. Volume 1, 15. Ed. Salvador: Jus Podivm, 2013.

FERRAZ DONNINI, Thiago Lopes. **Direito fundamental à duração razoável do processo**. Disponível em: <<https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=987>>. Acesso em: 18 jul. 2017

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 38. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTIÇA EM NÚMEROS 2016: ano-base/2015/ Conselho Nacional de Justiça– Brasília: CNJ, 2016.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 30. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

NUNES, Dierle. **CPC Referenciado - Lei 13.105/2015**. 1 Ed. Florianópolis: Empório do Direito Editora, 2015.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 27. Ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

TUCCI, José Rogério Cruz e. **Garantia do processo sem dilações indevidas**. In: TUCCI, José Rogério Cruz e. *Garantias constitucionais do processo civil. Homenagem aos 10 anos da Constituição Federal de 1988*. São Paulo: RT, 1999.